



**4º Encontro Internacional de Política Social**  
**11º Encontro Nacional de Política Social**  
Tema: “Mobilidade do capital e barreiras às migrações:  
desafios à Política Social”  
Vitória (ES, Brasil), 6 a 9 de junho de 2016

---

**Eixo: Análise, avaliação e financiamento das políticas públicas.**

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL:  
o caso do PROJOVEM CAMPO Saberes da Terra**

**Profa. Ms. Elaine Aparecida de Souza Apolonio<sup>1</sup>**  
**Profa. Dra. Maria Teresa Miceli kerbauy<sup>2</sup>**

**Resumo**

O Projovem Campo é uma política pública do Ministério de Educação, através da DPEJUN/SECADI/MEC, em parceria com a secretaria de Educação do Estado, no nível fundamental de Educação de Jovens Adultos unificando qualificação social e profissional.

Estudaremos a formação de capital social na cidade de Caaporã (PB) contribuindo com a crítica da construção de capital social pelos jovens agricultores (as).

Utilizaremos estudo de caso com observação participante, entrevistas e o questionário para medir o nível de capital social, o (QI\_MCS).

**Palavras chave:** Política pública. Educação de jovens e adultos. Capital social. Qualificação profissional.

**Abstract**

The Projovem Campo is a public policy of the Ministry of Education, through the DPEJUN / SECADI / MEC in partnership with the Secretariat of State for Education, at the fundamental level of Young Adult Education unifying social and professional qualification.

We will study the formation of social capital in the city of Caaporã (PB) contributing to the critical building social capital for young farmers.

We will use case study with participant observation, interviews and questionnaire to measure the level of social capital, (QI\_MCS).

**Keywords:** Public policy. Adult education. Social capital. Professional qualification.

**Introdução**

O programa PROJOVEM é integrante da Política Nacional de Inclusão de Jovens, instituído em 2007 através da Medida Provisória nº 411, visando à elevação do grau de escolaridade, o desenvolvimento humano e o exercício da cidadania, por meio da conclusão do ensino fundamental, da qualificação profissional e do desenvolvimento de experiências de participação cidadã através de quatro distintas modalidades de ação:

---

<sup>1</sup> Universidade Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) FCLAR.

<sup>2</sup> Universidade Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) FCLAR.

I) ProJovem Adolescente – Serviço Socioeducativo; II) ProJovem Urbano; III) ProJovem Trabalhador; e IV) ProJovem Campo – Saberes da Terra.

Coordenado pelo Ministério de Educação, o ProJovem Campo surgiu em 2005, regulamentado pelo Decreto nº 5.557, de 05/10/2005 estando ligado à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), cuja meta inicial foi atender aproximadamente 200.000 jovens no período de 2005 a 2008, sendo implantado apenas nas capitais e no Distrito Federal, um ano depois, foi ampliado para mais 29 cidades, com o número de habitantes igual ou superior a 200.000 (BRASIL, 2009).

Estas experiências pedagógicas realizadas viabilizaram a escolarização em nível fundamental integrada à qualificação social e profissional em Agricultura Familiar e Sustentabilidade. Atualmente, o Programa Saberes da Terra integra a Política Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) e passa a se denominar **ProJovem Campo – Saberes da Terra**<sup>3</sup>.

O ProJovem Campo – Saberes da Terra está centrado nos jovens camponeses de 18 a 29 anos e o PNAD de 2011 aponta para um total de 8.060.454 jovens nesta faixa etária que vive nas áreas rurais. A escolaridade média da população rural de 15 anos ou mais corresponde a menos da metade do índice entre a população da área urbana<sup>4</sup>; em média com 8,5 anos de estudos concluídos com sucesso, a rural tem apenas 4,5. Do total da população rural com 15 anos ou mais, 25,8% são analfabetos. Esse indicador entre os habitantes da área urbana é de 8,7%. Apenas, pouco mais de um quinto dos adolescentes da área rural está matriculado no Ensino Médio. Nas escolas do campo, a defasagem idade-série nas séries iniciais do Ensino Fundamental é de 41,4%. Nos anos finais é de 56%, e no Ensino Médio sobe para 59,1%.

---

<sup>3</sup>O ProJovem Campo – Saberes da Terra é uma ação integrada entre o Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC); o Ministério do Desenvolvimento Agrário por meio da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT); o Ministério do Trabalho e Emprego por meio da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES); o Ministério do Meio Ambiente por meio da Secretaria de Biodiversidade e Floresta (SBF); o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) vinculada à Presidência da República., através da Diretoria de Políticas de Educação para a Juventude (DPEJUV).

<sup>4</sup> Educação no Brasil melhora, mas desigualdades ainda criam barreiras. Relatório do UNICEF revela que País precisa tratar de maneira diferenciada as parcelas mais vulneráveis da população para que os avanços já alcançados beneficiem todas e cada uma das crianças e adolescentes. Disponível em: <<http://www.fnpeti.org.br/fnpeti>>.

Para enfrentar esses índices alarmantes de exclusão educacional, o programa Projovem Campo Saberes da Terra atendeu desde 2008 uma parcela de 35 mil jovens agricultores familiares em parceria com 21 estados, 3 municípios e movimentos sociais de todas as regiões do país e pretende atingir 275.000 jovens agricultores até 2011, com metas de atendimento para aqueles que residem nos Territórios da Cidadania<sup>5</sup>.

Conforme dados, da síntese dos indicadores sociais do IBGE<sup>6</sup>, sobre a avaliação a respeito da realidade educacional brasileira, houve evolução da taxa de analfabetismo nos últimos dez anos entre as pessoas de 15 anos ou mais, com uma queda de 3,0 pontos percentuais nos nove anos analisados, reduzindo a proporção de pessoas que não sabiam ler nem escrever de 11,5%, em 2004, para 8,5% em 2013.

De acordo com os dados mais recentes, a maior incidência de analfabetismo ocorre entre homens (8,8%), entre os de cor preta ou parda (11,5%) e entre aqueles com idade acima dos 65 anos (27,7%). Outras dimensões pertinentes são a renda, a região de residência e situação do domicílio. A taxa de analfabetismo é maior entre aqueles que pertencem ao quinto mais pobre (13,9%), entre os que residem na Região Nordeste (16,9%) e entre aqueles que estavam nas áreas rurais (20,8%). Vale ressaltar que entre os jovens de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos de idade o analfabetismo está praticamente erradicado, com taxas de 1,0% e 1,6%, respectivamente.

A redução desse índice também foi alta entre as pessoas de 25 a 59 anos de idade (de 11,5% para 7,0%). Do total de analfabetos de 15 anos ou mais, 50,7% têm de 25 a 59 anos de idade, representando um montante superior a 6,5 milhões de pessoas. De fato, este é o grupo mais presente entre aqueles que frequentam curso de alfabetização e educação de jovens e adultos, cuja maioria dos estudantes é mulher (57,9%), de cor ou raça preta ou parda (70,8%), reside na Região Nordeste (50,8%) e nas áreas urbanas (68,3%).

Verifica-se com este estudo uma mudança no perfil educacional da população brasileira, já que

---

<sup>5</sup> Territórios da Cidadania: Programa do Governo Federal lançado em 2008 que tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Em 2009, o Programa foi ampliado de 60 para 120 Territórios da Cidadania; sendo que foram escolhidos por apresentar o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do País e baixo dinamismo econômico.

<sup>6</sup> Ministério do Planejamento, Gestão e Orçamento. IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2012/2014. Rio de Janeiro, 2014. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 29–34.

[...] Em termos gerais, foi verificado aumento de frequência nos três níveis de ensino, especialmente na educação infantil. O ensino médio permanece com uma taxa de frequência líquida abaixo da desejada, apesar do aumento significativo desta nos últimos dez anos. Além disso, os índices de qualidade do ensino evidenciam que as metas nacionais têm sido alcançadas em todas as etapas da educação básica, mas que as desigualdades de desempenho dos alunos por rede de ensino, ainda permanecem elevadas. (BRASIL, 2009).

Diante deste quadro, a SECADI/MEC<sup>7</sup> estuda a viabilidade de ampliação do projeto de atendimento<sup>8</sup> aos jovens e adultos do campo; ampliando a faixa etária de atendimento, além de implementar ações de apoio técnico e financeiro para os Estados, Distrito Federal e Municípios.

Dessa forma, a escolarização fundamental dos jovens agricultores/as familiares integrados à qualificação social e profissional, torna-se uma estratégia político pedagógica, para garantir os direitos educacionais dos povos do campo, por meio da criação de políticas públicas nos sistemas de ensino, que sejam estimuladoras da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável como possibilidades de vida, trabalho e constituição dos sujeitos cidadãos do campo.

A organização curricular, os tempos e espaços formativos do programa estão fundamentados no eixo articulador Agricultura Familiar e Sustentabilidade, ampliando assim as dimensões de atuação na formação do jovem agricultor, definindo os seguintes eixos temáticos: Agricultura Familiar: identidade, cultura, gênero e etnia; Sistemas de Produção e Processos de Trabalho no Campo; Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas; Economia Solidária; Desenvolvimento Sustentável e Solidário com enfoque Territorial.

Os eixos temáticos agregam conhecimentos da formação profissional e das áreas de estudo para a elevação da escolaridade dialogando com o arco ocupacional Produção Rural Familiar e as seguintes ocupações: sistemas de cultivo, sistemas de criação, extrativismo, agroindústria e aquicultura.; e possui como base técnica comum a Agroecologia, abrangendo as esferas da produção e da circulação.

---

<sup>7</sup> Até 2013, o Projovem Campo - Saberes da Terra esteve sob a responsabilidade da Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico raciais (DPECIRER/SECADI), passando a partir da edição de 2014 para a responsabilidade da Diretoria de Políticas de Educação para a Juventude (DPEJUV). \*\*Sem alteração do projeto político pedagógico utilizado pelo programa.

<sup>8</sup> Meta atendimento previsto em 2014 (cuja implementação se dá em Agosto e Novembro de 2015) 49.000 jovens- 80 municípios com maior número de escolas no campo e os 1830 municípios que integram os territórios da cidadania.

O currículo do ProJovem Campo também dialoga com as áreas de conhecimento: Linguagem (código e suas tecnologias); Ciências Humanas, Ciências Naturais; Ciências Exatas e Ciências Agrárias. Essa proposta de organização curricular busca as contribuições da História, Biologia, Geografia, Matemática, entre outras áreas de conhecimento que compõe o currículo do ensino fundamental, integrando o mundo do trabalho e da cidadania, valorizando os saberes das diferentes práticas produtivas camponesas; as tradições históricas, culturais e os acúmulos tecnológicos e organizacionais cada vez mais presentes entre os agricultores familiares do Brasil.

### **Desenvolvimento**

A execução da proposta pedagógica e curricular acontece por meio da realização de atividades educativas em diferentes tempos e espaços formativos, sendo o “Tempo Escola”, o período no qual, os jovens permanecem efetivamente na unidade escolar com atribuições de aprendizagens sobre os saberes técnico-científicos dos eixos temáticos, planejamento e execução de pesquisas, atividades de acolhimento e organização grupal, entre outras atividades pedagógicas.

E o “Tempo Comunidade”, correspondente ao período no qual, os educandos realizam pesquisas, estudos e experimentações técnico-pedagógicas nas comunidades, com o objetivo de partilharem seus conhecimentos e suas experiências adquiridas na escola com as famílias ou instâncias de organização social.

O “Tempo Escola” e o “Tempo Comunidade” são espaços formativos privilegiados de articulação entre estudo, pesquisa e criação de propostas de intervenção tais como: leitura, escrita, arte, afirmação da diversidade étnica, cultural e de gênero; o desenvolvimento do espírito coletivo e solidário; superação dos valores de dominação, preconceito étnico raciais e desigualdades existentes na relação campo–cidade; desenvolvendo a autonomia e a solidariedade produtiva.

O ProJovem Campo busca desenvolver Educação do Campo como um conceito que

[...] nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no

projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana. (CALDART, 2011, p. 259).

É importante considerar que a convergência, entre a organização curricular e os tempos/espços formativos, deve apontar para o levantamento das necessidades apontadas pelos jovens e pela comunidade, através da pesquisa e sistematização dos dados, das discussões e dos diálogos suscitados, sendo o momento pedagógico no qual educadores, educandos e técnicos agrícolas, planejam e realizam ações que envolvam a comunidade e instituições próximas onde discutem alternativas coletivas para geração de emprego e renda além de políticas de desenvolvimento sustentável e de agroecologia.

A base da investigação aqui proposta centra-se na questão: O programa ProJovem Campo Saberes da Terra, por meio de sua proposta político pedagógica, possibilita a formação de Capital Social, para o exercício da cidadania e consolidação de atores coletivos?

São escassos os estudos relativos ao programa ProJovem Campo Saberes da Terra no Brasil, na perspectiva de sua contribuição no processo de desenvolvimento Rural, e neste sentido, justifica-se o presente projeto, que propõe um estudo para avaliar a formação de Capital Social em experiências locais na cidade de Caaporã no estado da Paraíba, considerando também a importância dessa política pública em atendimento ao jovem agricultor familiar.

O nosso objetivo geral, é analisar a implementação do Programa ProJovem Campo, nos territórios definidos pelo programa, e sua contribuição para a construção de capital social de seus educandos, na perspectiva do desenvolvimento de uma melhor qualidade de vida dos jovens do campo.

E, temos como objetivos específicos, analisar se a rede de conhecimentos e relações construída na formação, tempo escola e tempo comunidade, configura ou não a construção de Capital Social dos jovens formados pelo programa ProJovem Campo; identificando nos formandos do referido programa, as possíveis manifestações da apropriação do Capital Social.

A formação do capital social como um recurso potencializador na perspectiva do desenvolvimento pelo ProJovem Campo – Saberes da Terra junto aos beneficiários, com partilha de conhecimentos adquiridos pelos mesmos durante seu “Tempo Escola”, só se converterá eficazmente em benefícios para a comunidade, se o processo se der através de metodologias apropriadas capazes de favorecer a propensão à constituição de

rede de relações, a qual propiciará que o aprendizado dos jovens seja capaz de produzir mudanças práticas no cotidiano do grupo e da comunidade como um todo.

Entre os diversos autores que contribuem para a formação da base conceitual do capital social, é explicitamente aceita a ideia que se pode construí-lo, direta ou indiretamente, realizando uma sinergia, que é potencial, entre organizações civis e governo. Na opinião de Durston (2000), fortalecer a participação a nível comunitário associativo, pode ser chave para articular os serviços públicos com o indivíduo e o domicílio, em especial nos programas para superação de pobreza, o uso de metodologias participativas e a institucionalização de espaços participativos acompanharam todo o processo, sendo que primeiramente os agentes externos investiram na capacitação, fortalecendo destrezas sociais, capacidades de diagnóstico, comunicação e planejamento e em segundo, oportunizaram espaços para que tais habilidades fossem executadas na formação de capital social.

Considerando que o objetivo do Programa, segundo Brasil (2009), é contribuir para a formação integral do jovem do campo, potencializando a sua ação no desenvolvimento sustentável e solidário de seus núcleos familiares e comunidades, por meio de atividades curriculares e pedagógicas, e considerando ainda que o acompanhamento e as avaliações previstas estão orientados para a verificação da oferta das condições necessárias e o alcance de metas previstas, torna-se imprescindível que se promova avaliações no sentido de verificar sua eficácia como política pública de desenvolvimento, indo, portanto, além de procedimentos de avaliação da eficiência de seus instrumentos e meios.

O conceito de Capital Social, segundo Franco (2001), tornou-se importante a partir da década de 1990, porém a ideia em si não é nova, tendo sido Alexis de Tocqueville (1805-1859), a primeira pessoa a descrever o fenômeno em que o conceito de Capital Social quer captar e posteriormente Lyda Judson Hanifan, (1879-1932). Na sociologia a primeira pessoa a explorar o termo foi Jane Jacobs (1916-2006) e no âmbito das questões ligadas ao desenvolvimento destacam-se como pioneiros o sociólogo Ivan Light (1972) e o economista Glenn Loury (1977).

Entretanto, o conceito só foi elaborado de uma maneira mais completa pelos sociólogos Pierre Bourdieu e James Coleman. Bourdieu (1998) define capital social como sendo “[...] o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de ligações mais ou menos institucionalizadas de

interconhecimento e inter-reconhecimento [...]” sendo que o volume de capital social que um indivíduo possui depende da “[...] extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar [...]” e do volume do capital pertencente a quem está ligado.

A rede de relações que o sujeito pode travar com outros e o volume do capital econômico, simbólico e cultural pertencente a esses pares a quem ele se liga, é que estabelecem o volume do capital social do próprio sujeito.

Bourdieu (1998) trabalha o conceito de capital social, começando por dizer que a sua noção

[...] impôs-se como o único meio de designar o fundamento de efeitos sociais que, mesmo sendo claramente compreendidos no nível dos agentes singulares – em que se situa inevitavelmente a pesquisa estatística -, não são redutíveis ao conjunto das propriedades individuais possuídas por um agente determinado [...]. (BOURDIEU, 1998, p. 67).

As relações entre os sujeitos estabelecem-se por meio de trocas, as quais possibilitam a comunicação e o reconhecimento entre eles, assim sendo, nas palavras de Bourdieu,

[...] a troca transforma as coisas trocadas em signos de reconhecimento e, mediante o reconhecimento mútuo e o reconhecimento da inclusão no grupo que ela implica, produz o grupo e determina ao mesmo tempo os seus limites, isto é, os limites além dos quais a troca constitutiva, comércio, comensalidade, casamento, não pode ocorrer [...]. (BOURDIEU, 1998, p. 68).

Finalizando suas colocações, Bourdieu acrescenta que o capital social que possibilita a existência de um grupo é delegado de forma muito desigual dentro do mesmo, muitas vezes sendo este capital reduzido a um agente particular. Nos termos do autor, os grupos instituídos delegam seu capital social a todos os seus membros, mas em graus muito desiguais (do simples leigo ao papa ou do militante de base ao secretário geral), podendo todo o capital coletivo ser individualizado num agente singular que o concentra e que, embora tenha todo seu poder oriundo do grupo, pode exercer sobre o grupo (e em certa medida contra o grupo) o poder que o grupo lhe permite concentrar... (BOURDIEU, 1998, p. 69).

Em *"Social Capital in the Creation of Human Capital"* Coleman (1988) introduziu a expressão no debate do desenvolvimento travado no âmbito da sociologia já um pouco pautada pela economia. Nesse mesmo período contemporâneo se deram as contribuições de Robert Putnam e de alguns de seus críticos como Alejandro Portes, Everett Ladd, P. Evans e Francis Fukuyama (FRANCO, 2001).



O mesmo autor citando Uphoff (2000) e Krishna (2000) define capital social como “[...] o conjunto de bens sociais, psicológicos, cognitivos e institucionais que possibilitam a produção de comportamento cooperativo mutuamente benéfico [...]”, porém ressalta a possibilidade para interpretações e conceitos diversos que permitem dividir, conforme a posição dos agentes envolvidos, em três categorias: comunitária, pontes e institucional, que nesta ordem associam capital social a organizações locais, grupos cívicos e redes informais; passando pela possibilidade dos grupos interagirem com outros, em outras realidades, até a capacidade de interferência que os grupos sociais têm sobre o governo e outras organizações formais.

Basicamente, o capital social liga-se ao estabelecimento de relações e seus padrões, de forma que quanto mais relações horizontais – em rede – se formarem entre pessoas e grupos de uma coletividade e quanto mais democráticos forem os processos políticos praticados, mais forte será comunidade enquanto entidade socialmente “viva” (em sentido metafórico e em nada que se deva distinguir – como vim a descobrir – do sentido de ‘sustentável’), e maior será o nível do seu Capital Social<sup>9</sup> (FRANCO, 2001).

Padrões hierárquico-verticais de organização e modos violentos ou coercitivos de solução de conflitos mantêm as coletividades humanas em níveis de “vida” social inferiores em termos de complexidade, isto é, de diversidade, de conectividade e de organização do que pode haver de “vivo” em conjuntos humanos) – e é por isso que impedem o Capital Social.

Quanto às relações que se dão entre capital social e desenvolvimento, Durston (1998, 2000), faz referência às normas, instituições e organizações que promovem a confiança, a ajuda recíproca e a cooperação entre as pessoas nas comunidades e sociedade em seu conjunto. As normas culturais de confiança e as redes interpessoais de reciprocidade são ‘precursoras’ daquelas instituições, mais complexas e orientadas por normas de bem-estar comum, que constituem o capital social comunitário e que emergem desses precursores em nível comunitário ou de sistema social.

Segundo Durston (1998, 2000), o problema que Putnam nega aos leitores é o da construtibilidade do capital social, em circunstâncias como as do sul da Itália, onde tem sido historicamente sobrecarregada como ineficazes e ineficientes as instituições que não podem facilmente mudar para outro caminho. Putnam constantemente salienta as

---

<sup>9</sup> Franco (2001), utiliza o termo *comunalidade* que quer dizer: comunidade com maior nível de capital social.

diferenças no bem-estar entre o sul e o norte da Itália, que ele atribui a "quase um milênio" de contraste cultural e, em suas conclusões gerais, com base na sua medida empírica de crescimento cívico regional, questiona se as agências de desenvolvimento devem comprometer recursos e energias para promover o capital social.

Para Abramovay (1998) em Putnam, comunidades onde se valoriza a virtude cívica e para a qual cidadania significa deveres e direitos iguais para todos, com tradição para cooperação e laços de solidariedade horizontal, explica o melhor desempenho institucional. Por outro lado, onde a pobreza e a incapacidade de seus habitantes, de agir em conjunto pelo bem comum, transcenda aos interesses materiais imediatos dá-se uma dicotomia a estabelecer uma conexão entre "o civismo de uma comunidade e a qualidade de sua governança".

Durston (1998, 2000), afirma que, em alguns casos, as capacidades de autogestão e de participação políticas são desenvolvidas pelas próprias pessoas da comunidade, sem um maior apoio externo, mas a dupla função dos agentes externos, como provedores das metodologias disponíveis nesse campo e como 'guarda chuvas protetores' durante a fase inicial de constituição de um novo ator social no cenário microrregional, é essencial para que o capital social de agricultores pobres se desenvolva com rapidez e segurança.

Para que haja formação de capital social, a política pública ou ação de intervenção deve investir nas capacidades/habilidades das pessoas em negociar, gerenciar, comunicar, participar e mobilizar recursos; deve também investir na criação de espaços para que essas habilidades sejam exercitadas, e por fim devem criar mecanismos de proteção desses espaços, ainda frágeis, frente a ações paternalistas e conservadoras, contrárias à mobilização de base comunitária (DURSTON, 1998, 2000).

A proposta metodológica adotada para este projeto é de natureza qualitativa (LUDKE; ANDRÉ, 1986). Neste tipo de pesquisa, a ênfase está no processo, naquilo que está ocorrendo e não no produto ou nos resultados finais. A princípio será realizado um estudo bibliográfico a partir dos documentos primários (relatórios, textos diversos) e publicações em torno da realidade investigada, que contribua para evidenciar aspectos metodológicos do Programa PROJOVEM e sua efetiva aplicação.

Optou-se por um delineamento tipo estudo de caso, na medida em que "[...] o estudo de caso consiste na observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico" (BOGDAN; BIKLEN,

1991). Considera-se que será investigado experiências desenvolvidas no programa ProJovem Campo na cidade de Caaporã, PB. O estudo será desenvolvido com instrumentos como observação-participante e entrevistas para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito (BOGDAN; BIKLEN, 1991). Estas servirão para avaliação do Capital Social.

Utilizaremos técnicas baseadas em sociogramas, para aferição do Capital Social estrutural, e definição dos sujeitos coletivos na constituição de redes organizativas. As etapas do trabalho serão um levantamento bibliográfico e revisão dos trabalhos que dizem respeito à capital social, sustentabilidade e agricultura familiar, conceitos estes inerentes ao programa em questão: a). Entrevistas que serão realizadas com educadores e educandos; b) Aplicação de sociogramas; d) Análise dos dados obtidos, operada pelo procedimento análise temática do conteúdo.

Utilizaremos os estudos desenvolvidos pelo Grupo do Banco Mundial,<sup>10</sup> como, por exemplo, o Questionário Integrado para Medir Capital Social - (QI-MCS) no nível micro de medição, sendo adaptada aos propósitos de nossa pesquisa, que é definir a formação e ou utilização de capital social propiciado pela política pública em questão que é o programa ProJovem Campo.

Abordaremos os seis níveis de QI-MCS que são organizados em: 1. Grupos e redes; 2. Confiança e Solidariedade; 3. Ação Coletiva e Cooperação; 4. Informação e Comunicação; 5. Coesão e Inclusão social; 6. Autoridade (ou capacitação) e Ação Política.

O presente trabalho é parte de minha tese de Doutorado em Ciências Sociais, em desenvolvimento. Iniciamos em fevereiro de 2016, a coleta de dados na cidade de Caaporã, PB onde através de entrevistas com os professores e jovens do programa e início da aplicação do questionário aos alunos em uma das escolas que desenvolvem o projeto; o que temos nesta primeira etapa, é o levantamento do número de alunos matriculados e frequentando; idade, escolarização e profissão dos estudantes envolvidos; além do questionário aplicado ao grupo de alunos da escola “EEEF. Escola Estadual de Ensino Fundamental Alberto Ludgren”, sobre Confiança e Solidariedade.

Nos resultados parciais, coletados até agora, comprovamos que a instalação do programa se faz com muita dificuldade e sem apoio local; pois toda a coordenação do

---

<sup>10</sup> World Bank. 2003 – Governance and Development. Washington, D.C. The world bank group

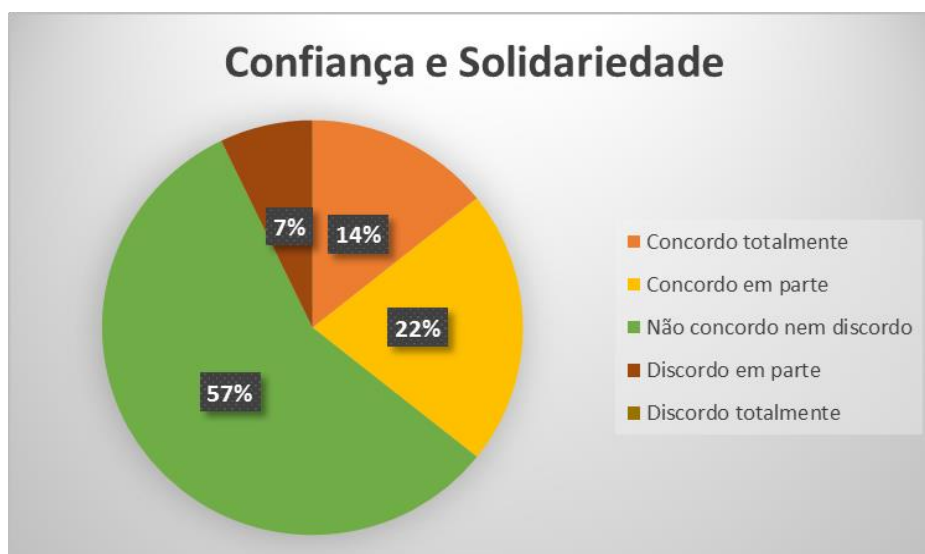
programa se encontra na capital do estado em João Pessoa, o que dificulta ações de sustentação do projeto no município.

<b>Tabela 1: Perfil dos Entrevistados</b>		
	Variáveis	Quantidade Entrevistados
Sexo	Feminino	12
	Masculino	5
Idade	de 18 a 20 anos	6
	de 20 a 30 anos	12
Escolaridade	1° ao 5° ano	7
	6° ao 9° ano	10
	sem resposta	
Profissão	Comércio	1
	Indústria	
	Agricultura	2
	Pesca	1
	do Lar	8
	Estudante	3
	Serviços Gerais	2

#### Gráfico 1: Confiança e Solidariedade

Em geral, você discorda ou concorda com as seguintes afirmações:

1. Pode-se confiar na maioria das pessoas que moram neste bairro?
2. É preciso estar atento ou alguém pode tirar vantagem de você?
3. A maioria das pessoas dessa localidade estão dispostas a ajudar caso você precise?
4. As pessoas geralmente não confiam umas nas outras quanto a emprestar e tomar dinheiro emprestado



### **Considerações finais**

A Educação no Campo tem como base a luta de movimentos sociais camponeses, trazendo [...] de forma clara sua intencionalidade maior: a construção de uma sociedade sem desigualdades, com justiça social. Ela se configura como uma reação organizada dos camponeses ao processo de expropriação de suas terras e de seu trabalho pelo avanço do modelo agrícola hegemônico na sociedade brasileira, estruturado a partir do agronegócio.

A luta dos trabalhadores, para garantir o direito à escolarização e ao conhecimento,

[...] faz parte das suas estratégias de resistência, construídas na perspectiva de manter seus territórios de vida, trabalho e identidade, e surgiu como reação ao histórico conjunto de ações educacionais que, sob a denominação de Educação Rural, não só mantiveram o quadro precário de escolarização no campo, como também contribuíram para perpetuar as desigualdades sociais naquele território. (MOLINA, 2006, p.11).

O Programa ProJovem Campo busca contribuir, para a diminuição dessa desigualdade social e escolar, através de uma prática pedagógica inovadora permitindo que o aprendizado adquirido em sala de aula, seja aplicado na comunidade de origem incentivando o protagonismo do educando.

O desenvolvimento da pesquisa propiciará a avaliação dos pressupostos metodológicos e pedagógicos do programa ProJovem Campo – Saberes da Terra promovendo uma análise epistemológica acerca da capacidade em possibilitar a formação de Capital Social, uma vez que o “Tempo Comunidade” propicia ao educando a oportunidade de conviver com sua família e comunidade realizando pesquisas e experimentos técnico-pedagógicos partilhando seu conhecimento adquirido na escola e com isso potencializando a criação de elos estruturais importantes para criação de redes organizativas e o fortalecimento de aspectos cognitivos próprios ao exercício da cidadania coletiva.

### **Referências**

ABRAMOVAY, R. **A formação de capital social para o desenvolvimento local sustentável**. In: FÓRUM DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, 2., 1998. **Anais...** São Luiz: CONTAG, 1998.

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Revista Economia Aplicada**, São Paulo, n. 2, v. 4, p. 379-397, abr./jun. 2000.

ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento sustentável: qual a estratégia para o Brasil? **Revista Novos Estudos**, São Paulo, p. 97-113, mar. 2010.

ABRAMOVAY, R. A economia híbrida do século XXI. *In*: Costa, E.; Augustini, G. **De baixo para cima**. Rio de Janeiro, dez. 2014. Disponível em: <[http://ricardoabramovay.com/wp-content/uploads/2015/02/A-Economia-H%C3%ADbrida\\_do-S%C3%A9culo-XXI\\_De-Baixo-para-Cima\\_Abramovay\\_12\\_2014.pdf](http://ricardoabramovay.com/wp-content/uploads/2015/02/A-Economia-H%C3%ADbrida_do-S%C3%A9culo-XXI_De-Baixo-para-Cima_Abramovay_12_2014.pdf)>. Acesso em: 2 out. 2015.

ABRAMOVAY, R. A densa vida financeira das famílias pobres. *In*: ABRAMOVAY, R. (org.) **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: FAPESP; Annablume, 2004.

ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. *In*: ABRAMOVAY, R. (org.) **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003

ABU-EL-HAJ, J. O debate em torno do capital social: uma revisão crítica. **Bib – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 47, p. 65-79, 1999.

ALVES, J. A. Metodologia qualitativa. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 77, p. 53-61, maio 1991.

AMARAL, M. N. D. C. P. **Dewey: filosofia e experiência democrática**. São Paulo: Edusp, 1990

ARAÚJO, M. C. d'. **Capital Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

ARROYO, Miguel G.; FERNANDES, Bernardo M. (Orgs). **A Educação Básica e o movimento social do campo**. Brasília (DF): Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção por uma Educação Básica do Campo, n. 2. Disponível em: <<http://educampoparaense.org/site/media/biblioteca/pdf/Colecao>>. Acesso em: 22 out. 2015.

BAQUERO, M.; CREMONESE, D. (Orgs.). **Capital social: teoria e prática**. Ijuí: Unijuí, 2006.

BAQUERO, M.; CREMONESE, D. (Orgs.). **Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero exclusão e capital social**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

BAQUERO, Marcello *et al.* Bases de um novo contrato social: impostos e capital social em Porto Alegre. **Documentos de Trabalho**, Porto Alegre, n. 2, p. 1-42, 2004.

BENJAMIM, César; CALDART, Roseli S. (Orgs.) **Projeto Popular e escolas do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2000. Coleção por uma Educação Básica do Campo, n. 3.

- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. Investigação qualitativa em Educação: fundamentos, métodos e técnicas. *In: INVESTIGAÇÃO qualitativa em educação*. Portugal: Porto, 1994.
- BOURDIEU, P. O campo científico. *In: ORTIZ, Renato. (org.). Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.
- BOURDIEU, P. Le capital social: notes provisoires. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, Centro de Sociología Europeo, v. 31, 1980.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Projeto Base: ProJovem Campo – Saberes da Terra: edição 2009**. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/projovem\\_projetobase2009.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/projovem_projetobase2009.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2013.
- COLEMAN, J. S. **Foundations of social theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1994.
- COLEMAN, J. S. Social capital in the creation of human capital. **The American Journal of Sociology**, Chicago, v. 94, p. S95-S120, 1988. Supplement: Organizations and Institutions: Sociological and Economic Approaches to the Analysis of Social Structure.
- DURSTON, J. **Construção do Capital Social em comunidades rurais (Onde ele não existe)**. Santiago do Chile: CEPAL, 1998.
- DURSTON, J. **¿Qué és el capital social comunitario?** División de Desarrollo Social. Santiago do Chile, jul. 2000. Serie Políticas Sociales, n. 38.
- DURSTON, J. **El capital social campesino em la gestión del desarrollo rural: diádas, equipos, puentes y escaleras**. Santiago do Chile: CEPAL, 2002. Disponível em: <<http://archivo.cepal.org/pdfs/2002/S2002033.pdf>>.
- FIALHO, F. M. As Múltiplas Definições do Conceito de Capital Social. **Bib. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 65, p. 71-87, 2008.
- FOERSTE, E.; SCHUTZ-FOERSTE, G. M.; DUARTE, Laura M. S. (Orgs). Projeto Político Pedagógico da Educação do Campo. *In: ENCONTRO DO PRONERA NA REGIÃO SUDESTE*, 1., 2008, Vitória. **Anais...** Vitória: Programa de Pós-Graduação em Educação – UFES, 2008. Coleção por uma Educação Básica do Campo, n. 6.
- FRANCO, A. de. **Capital Social: Leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy**. Brasília (DF): Instituto de Política *Millenium*, 2001.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LOEBEL, E. **As noções de capital social e pobreza no Brasil**: empreender.com. Disponível em: <<http://www.revistadigital.com.br>>. Acesso em: 5 jun. 2012.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MOLINA, M. C. (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa**: Questões para reflexão. Brasília (DF): INCRA; NEAD/ MDA, 2006.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SANTOS, C. A. (Org.) **Campo**: Políticas Públicas – Educação. Brasília: Incra; MDA, 2008. (NEAD Especial). Coleção por uma Educação Básica do Campo, n. 7.



